

# O Estágio Atual das Políticas Afirmativas nas Universidades Brasileiras<sup>1</sup>

*Delcele Mascarenhas Queiroz<sup>2</sup>*

O presente artigo busca refletir sobre o estágio atual das políticas de ações afirmativas adotadas por universidades brasileiras há aproximadamente uma década, buscando compreender o significado dessas políticas para a sociedade brasileira, uma realidade marcada por profundas desigualdades de acesso à educação. Nesse cenário, aborda a reação de setores da sociedade a tais políticas, buscando argumentar que os temores quanto ao insucesso da política, bem como quanto à suposta desqualificação do ensino nas universidades públicas, pelo ingresso de estudantes das camadas populares, são infundados, como evidenciam os dados aqui apresentados.

**Palavras-chave:** cotas; ações-afirmativas; negro; racismo na educação; acesso de negros à universidade.

## The Current Stage of Affirmative Action Policies at Brazilian Universities

### **Abstract**

This article aims to reflect on the current stage of affirmative action policies adopted by Brazilian universities in the last ten years, trying to understand the meaning of these policies for Brazilian society, a reality marked by huge inequalities in access to education. In this context, it discusses the reaction of sectors of society to such policies, arguing that fears about the failure of

<sup>1</sup> Alguns dados aqui apresentados já foram publicados e discutidos em outros artigos e/ou capítulos de livros.

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

the policies as well as the alleged disqualification of the teaching at the public universities as a consequence of the admission of students from lower classes are unfounded, as evidenced by the data presented here.

**Keywords:** Affirmative action; Afro-descendants; racism in education; Afro-descendants' access to university

## Introdução

O presente artigo busca refletir sobre a adoção das políticas voltadas para o acesso de estudantes negros à universidade brasileira, desde que as primeiras universidades (UNEB e UERJ), passaram adotar esse tipo de medida, no início da década passada. As pesquisas sobre essa realidade vêm apontando para o êxito da política, em praticamente todas as universidades em que ela tem sido adotada<sup>3</sup>. Entre outras, as análises de Cordeiro<sup>4</sup> sobre a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, e de Neves<sup>5</sup> sobre a Universidade Federal de Sergipe, foram apresentadas evidências positivas da política de cotas. Até mesmo a mídia, habitualmente hostil às demandas oriundas dos setores populares, tem, em geral, reconhecido o sucesso das políticas afirmativas para ingresso de negros e estudantes da rede pública na universidade.

<sup>3</sup> A esse respeito ver: Santos, Jocélio Teles dos (org). O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador, CEAQ, 2013.

<sup>4</sup> Cordeiro, Maria José de J. Alves. Um balanço das cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: da criação das leis aos dias atuais, In: Santos, Jocélio Teles dos (Org). op. cit, (15-36).

<sup>5</sup> Neves, Paulo Sérgio da Costa, as políticas de reserva de vagas da Universidade Federal de Sergipe para alunos das escolas públicas e não brancos: uma avaliação preliminar. In: Santos, Jocélio Teles dos (org). op. cit, (243-278)

Embora as análises de políticas de ações afirmativas em outras realidades como a Índia e os Estados Unidos<sup>6</sup>, por exemplo, confirmem os resultados positivos de tais medidas, no Brasil esses tipo de ação desperta resistência em certos setores, sobretudo, quando dirigidas à população negra. Assim, ao discutir esse cenário, não é sem propósito refletir sobre a permanência de certo traço, constitutivo das relações sociais brasileiras, que em determinado momento pode se expressar de modo mais explícito e noutro de modo mais sutil, camuflado pelo nosso imaginário de igualdade, mas que vem à tona, com particular ênfase, sempre que o negro busca negar o lugar a ele destinado, historicamente, na realidade brasileira. Refiro-me ao racismo como um elemento estruturante das relações sociais no Brasil. Ou, se quisermos pensar como Bourdieu, poderíamos falar de um *habitus*<sup>7</sup> racista.

Por vezes, esse caráter se manifesta de forma grosseira como no episódio ocorrido em 2007, e relatado pelo jornal *Zero Hora*, na sua edição de 25 de junho, no contexto das discussões para implantação das cotas para negros na UFRGS. O relato dá conta de frases pichadas em frente a duas das unidades daquela universidade, curiosamente, onde estão cursos muito valorizados: Direito e Engenharia. Diziam as pichações: “Negro, só se for na cozinha do RU” e “Voltem para a senzala”<sup>8</sup>. No entanto, essas manifestações são, em geral, mais sutis. Parece haver uma etiqueta na sociedade brasileira que impede reações exacerbadas. Como

<sup>6</sup> A esse respeito ver: Weisskopf, Thomas E. A experiência da Índia com Ação Afirmativa. In: Zoninsein, Jonas & Feres Jr., João (Orgs). *Ações Afirmativas no Ensino Superior no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008 (p. 35-60) e Telles, (2004). TELLES, Edward. Início no Brasil e Fim nos EUA? *Revista Estudos Feministas*, vol.4, n.1, IFCS/UERJ – PPCIS/UERJ, 1996 (p. 149-201).

<sup>7</sup> Bourdieu, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, UNESP, 2004.

<sup>8</sup> Queiroz, Delcele, Da invisibilidade ao centro do debate: o negro na universidade no século XXI. In: Amorim, Antonio; Lima, Arnaud Soares de; Menezes, Jaci Maria de (orgs). *Educação e Contemporaneidade. Processos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro, Quartet, 2009 (169-202)

um *habitus*, essa estrutura alcançou um nível tal de incorporação, que sua atuação, em muitos casos, não é perceptível nem mesmo aos próprios agentes.

Ao observar o debate que tem envolvido a política de cotas raciais no País, um aspecto me chama a atenção: a visibilidade que alcançou a discussão sobre o acesso da população negra à universidade pública, reveladora da reação de certos setores à política de cotas, em que pesem as avaliações positivas, sobre sua implementação. O que intriga, particularmente, nesse contexto, é que de uma posição de absoluta invisibilidade no sistema de ensino, até os anos oitenta da década passada – apesar de todo o esforço por parte do grupo, para fazer visíveis suas reivindicações por educação, ao longo de pós-abolição -, o negro ocupa, hoje, o centro do debate sobre o acesso ao ensino superior, no País.

As características do debate, desencadeado desde que a política de cotas raciais passou a ser implementada, induzem a analisar a questão a partir da ideia de “campo”, formulada por Bourdieu<sup>9</sup>. Ou seja, pensar a visibilidade que assumiu a questão, e o debate que se desencadeou em torno dela, como expressões de uma disputa pelo acesso a esse espaço privilegiado do sistema de ensino, que é a educação superior. Nessa perspectiva, o sistema de ensino aparece como um “campo”, um espaço social, com leis próprias, em que os agentes sociais estão em disputa pela posse de certo objeto, de certo “capital”, da posição privilegiada. Do mesmo modo, podemos compreender a demanda da população negra por acesso à universidade pública, como mais um momento da sua tenaz luta pela conquista de espaços.

É nesse contexto de disputa, que faz sentido a recusa de uma parcela da sociedade brasileira, em admitir políticas específicas para o acesso de negros à universidade pública. Tais agentes,

---

<sup>9</sup> Bourdieu, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990. Rio de Janeiro, Quartet, 2009 (169-202)

muitos dos quais com posição privilegiada no mundo acadêmico, advogam em favor de medidas universalistas, acionando um imaginário social de igualdade racial, para argumentar contra a política de cotas, o que, em síntese, significa a negação de direito a uma enorme parcela da população brasileira.

Ao longo desses dez anos, em diversos momentos pudemos contemplar a manifestação desse *“habitus”*. O primeiro desses episódios mais marcantes, é representado pelo manifesto *“Todos têm direitos iguais na República Democrática”*<sup>10</sup>, dirigido ao Congresso Nacional, em 2006, por um grupo de intelectuais e artistas, se posicionando contra a política de cotas raciais, que começava a ser implementada, também nas universidades federais, e contra o Estatuto da Igualdade Racial, que naquele momento ainda tramitava no Congresso. O documento exprime tal veemência, que a demanda da população negra pelo direito de acesso um serviço público, como é a universidade pública, é caracterizada como um *“privilégio odioso”*, verdadeira ameaça aos fundamentos da República. É curioso como a palavra pode assumir conotações tão diversas e como o sentido do que é *“público”* pode variar com o contexto.

Outro episódio exemplar ocorreu dois anos depois, quando o Partido Democrata (DEM) moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o sistema de cotas adotado pela universidade de Brasília, cujo desfecho assistimos em 25/05/2012, em favor da Universidade, episódio que abriu caminho para a promulgação, três meses depois, da Lei 12.711, que instituiu, em todas as universidades públicas, uma reserva de 50% das vagas para estudantes com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio, oriundos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas.

<sup>10</sup> Jornal A Folha de São Paulo, em [www.Folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml](http://www.Folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml). Acesso em 28/03/2008.

## As desigualdades raciais no acesso ao ensino superior

A partir desse ponto, gostaria de comentar um conjunto de dados de pesquisas que tenho desenvolvido ao longo das duas últimas décadas, e que nos ajudam a compreender o contexto em que se trava o debate sobre a pertinência das políticas de ações afirmativas para o acesso de negro à universidade. Tomaremos para reflexão informações oriundas de uma universidade que nos permite observar tanto a realidade anterior à adoção da política de cotas, quanto o momento posterior à adoção dessa medida. Trata-se da Universidade Federal da Bahia – UFBA, campo em que venho desenvolvendo pesquisa, mais sistematicamente.

Na última década do milênio passado, o quadro da participação dos negros na universidade era muito pouco alentador. A pesquisa desenvolvida, num primeiro momento na UFBA, e, em seguida, em mais quatro universidades federais brasileiras (UFRJ, UFPR, UFMA, UnB) dava conta da reduzida presença de negros (pretos e pardos) no ensino superior; esse segmento estava invariavelmente sub-representado na universidade, sobretudo com relação à sua presença nos estados em que se localizavam as universidades investigadas, como demonstra a tabela 1:

**Tabela 1 - Participação dos negros (pretos e pardos) no conjunto da população do Estado e sua presença na universidade**

| <b>Estado</b>    | <b>1. População</b> | <b>Universidade</b> | <b>2. Estudantes</b> |
|------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Rio de Janeiro   | 38,2                | UFRJ                | 20,3                 |
| Paraná           | 22,4                | UFPR                | 8,6                  |
| Maranhão         | 75,1                | UFMA                | 42,8                 |
| Bahia            | 77,5                | UFBA                | 42,6                 |
| Distrito Federal | 53,6                | UnB                 | 32,3                 |

Fonte: IBGE/Pesquisa direta

## O balanço de uma década da política de cotas na UFBA

Em 2005, a UFBA adotou uma política que reservou 45% de suas vagas, para estudantes oriundos de escolas públicas. A distribuição da reserva determina que 43% se destinem a estudantes negros (85%) e não negros (brancos e amarelos: 15%). Os 2% restantes são para índio-descendentes. Afora isso, em cada curso duas vagas são destinadas a índios aldeados, e duas a membros de comunidades quilombolas.

Na tabela 2, a seguir, poderemos observar qual era a distribuição dos segmentos raciais na UFBA, nos dois anos imediatamente anteriores à implantação da reserva de vagas, e como ficou a distribuição após a implantação da política. O segmento branco, que era majoritário no final da década anterior (50,8%), foi reduzindo sua participação, mesmo antes da implantação da reserva de vagas, chegando a uma proporção de 35%, em 2004. Em 2005, com a implantação da política, sua presença se reduz a 21,6%. É pertinente ressaltar que mesmo no contexto de uma política de estímulo ao acesso da população negra, os brancos se mantiveram na Universidade, numa proporção mais elevada que a sua participação no conjunto da população baiana, que naquele momento estava em torno de 20%. Como era de se supor, ouve uma elevação significativa da presença dos negros (pardos e pretos).

No segmento negro, a elevação mais expressiva ocorreu para os pardos, que passaram de 46,1%, em 2004, para 57,5% em 2005; ou seja, uma elevação de mais de dez pontos percentuais. Para os pretos a elevação foi mais discreta, passando de 15,0%, em 2004 para 17,1, em 2005. Esse dado é significativo, por confirmar conclusões de outros estudos que evidenciam que dentro do segmento negro, os autodeclarados pretos são aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Entre outras desvantagens, essa condição impacta suas possibilidades de acesso à educação, sobretudo no nível mais elevado, e numa

universidade com as características da UFBA, a mais almejada no contexto baiano.

**Tabela 2 – Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a cor: 2003-2005**

| <b>COR</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> |
|------------|-------------|-------------|-------------|
| Branca     | 40,9        | 35,0        | 21,6        |
| Parda      | 41,8        | 46,1        | 57,5        |
| Preta      | 13,6        | 15,0        | 17,1        |
| Amarela    | 2,1         | 2,6         | 1,8         |
| Indígena   | 1,6         | 1,3         | 2,0         |
| Total      | 100,0       | 100,0       | 100,0       |

Fonte: SSOA/UFBA

Ao longo do debate em torno do acesso de negros à universidade, alguns argumentos contrários eram esgrimidos com mais ênfase. Alguns críticos preocupavam-se com “mérito acadêmico”, temendo a desqualificação do ensino universitário, que poderia advir do ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas, sobretudo, negros, logo, “mal preparados”, da perspectiva desses atores. As informações sobre o primeiro vestibular com cotas na UFBA contrariaram essa expectativa. Se observarmos as pontuações obtidas no vestibular, veremos que os dados superam, inclusive, expectativas positivas. Mas não apenas esse dado desmente hipóteses de fracasso da política. O conjunto de dados que mostraremos a seguir permite essa constatação.

A tabela 3 apresenta informações sobre o ponto de corte das notas dos vestibulares do período que estamos analisando. Contrariando as expectativas pessimistas, com a implantação da política de cotas houve uma elevação das notas no vestibular, em relação aos anos anteriores, indicando, curiosamente, que ingressaram estudantes com nível mais elevado de desempenho. Mesmo porque, a rigor, o impacto da política atingiu o perfil da concorrência, não a natureza do processo seletivo, vez que o vestibular permaneceu com os mesmos procedimentos.



**Tabela 3 - Ponto de corte das notas do vestibular 2003-2005**

| Ano  | 1ª Fase | 2ª Fase |
|------|---------|---------|
| 2005 | 5.117,4 | 5.089,5 |
| 2004 | 5.099,8 | 5.056,4 |
| 2003 | 5.018,7 | 5.009,3 |

Fonte: SSOA/UFBA

Essa evidência não surpreende porque analisando dados do vestibular de 2001, já havíamos constatado a presença de estudantes negros, oriundos de escolas públicas, com elevado desempenho.

A tabela 4 mostra informações correspondentes a estudantes aprovados no vestibular, e “não classificados, por falta de vaga”. O exame dessas informações evidenciou que anualmente a UFBA aprovava um número elevado de estudantes, e a esse conjunto aplicava um procedimento que consistia na classificação do estudante a partir da nota mais elevada, até o ponto em que as vagas se esgotassem. Assim, restava desse conjunto um resíduo de estudantes que, embora aprovados, não teriam acesso à vaga. Buscamos analisar esse universo dos estudantes aprovados e “não classificados por falta de vaga”, procurando identificar estudantes negros, oriundos de escolas públicas, que haviam sido aprovados para cursos altamente valorizados. A análise mostrou um contingente de 576 estudantes aprovados para cursos de elevado prestígio social, em diversas áreas, como Medicina (17), Direito (58), Odontologia (11), Engenharia Elétrica (67), Engenharia Mecânica (63), entre outros. O que indica, por um lado, uma atitude perdulária do sistema de ensino, um enorme “desperdício de talentos”. E do outro, uma lamentável perda para a população negra, tão carente de oportunidades, em todos os espaços sociais de prestígio.

**Tabela 4 - Distribuição dos estudantes negros (pretos + pardos) aprovados no ves-**

**tibular, segundo a escola média frequentada e o curso – 2001**

| Curso         | Escola Pública | Estadual |         | Federal |         | Municipal |         | Particular |         |
|---------------|----------------|----------|---------|---------|---------|-----------|---------|------------|---------|
|               | N Class        | Class    | N Class | Class   | N Class | Class     | N Class | Class      | N Class |
| Medicina      | 17             | 4        | 6       | 2       | 8       | -         | 3       | 59         | 121     |
| Direito       | 58             | 6        | 24      | 7       | 32      | -         | 2       | 33         | 103     |
| Odontologia   | 11             | 1        | 6       | 1       | 5       | -         | -       | 20         | 87      |
| Administração | 49             | 12       | 36      | 7       | 11      | -         | 2       | 28         | 95      |
| Ciên. Compt.  | 56             | 14       | 28      | 9       | 27      | -         | 1       | 28         | 56      |
| Eng. Elétrica | 67             | 5        | 34      | 8       | 31      | 1         | 2       | 20         | 48      |
| Psicologia    | 28             | 4        | 15      | 2       | 12      | -         | 1       | 14         | 62      |
| Eng. Civil    | 111            | 4        | 64      | 10      | 43      | 2         | 4       | 25         | 81      |
| Eng. Mecânica | 63             | 5        | 35      | 15      | 21      | -         | 7       | 13         | 43      |
| Arquitetura   | 58             | 8        | 37      | 16      | 18      | -         | 3       | 9          | 60      |
| Eng. Química  | 58             | 8        | 38      | 16      | 18      | -         | 2       | 9          | 46      |
| Total         | 576            | 71       | 323     | 93      | 226     | 3         | 27      | 258        | 802     |

Fonte: CPD/UFBA

Class. - aprovados classificados | N Class - aprovados não classificados "por falta de vagas"

As informações sobre o desempenho no vestibular dos estudantes cotistas e não cotistas, que ingressaram nos dois primeiros vestibulares com cotas (2005 e 2006), mostram distâncias pouco significativas entre os dois grupos, em cursos de elevado prestígio social e de elevada concorrência. Chama a atenção a comparação no curso de Medicina, o de maior concorrência e mais elevado prestígio; a diferença de médias entre os dois grupos não chega a um ponto percentual. No curso de Direito, também um dos mais almejados, o mesmo pode ser observado.

**Tabela 5 – Desempenho médio dos estudantes cotistas e não cotistas, no vestibular, em cursos de maior concorrência e prestígio 2005-2006<sup>11</sup>**

| Curso                         | Cotistas |      | Não cotistas |      | Diferença Cotista/não cotista |      |
|-------------------------------|----------|------|--------------|------|-------------------------------|------|
|                               | 2005     | 2006 | 2005         | 2006 | 2005                          | 2006 |
| Medicina                      | 6,7      | 6,7  | 7,5          | 7,4  | 0,8                           | 0,7  |
| Odontologia                   | 5,2      | 4,9  | 6,2          | 6,2  | 1,0                           | 1,3  |
| Psicologia                    | 5,7      | 5,6  | 6,3          | 6,5  | 0,6                           | 0,9  |
| Direito                       | 6,2      | 6,2  | 7,0          | 7,0  | 0,8                           | 0,8  |
| Administração                 | 5,5      | 5,1  | 6,3          | 6,2  | 0,8                           | 1,1  |
| Ciência da computação         | 5,8      | 5,6  | 6,6          | 6,7  | 0,8                           | 1,1  |
| Eng. Elétrica                 | 6,2      | 5,7  | 7,1          | 7,3  | 0,9                           | 1,6  |
| Eng. Civil                    | 5,2      | 4,9  | 5,8          | 6,0  | 0,6                           | 1,1  |
| Eng. Mecânica                 | 5,5      | 5,4  | 6,5          | 6,8  | 1,0                           | 1,4  |
| Arquitetura e Urbanismo       | 4,9      | 4,8  | 6,1          | 6,1  | 1,2                           | 1,3  |
| Comunicação e Jornalismo      | 6,1      | 5,7  | 6,8          | 6,9  | 0,7                           | 1,2  |
| Comunicação/Produção Cultural | 5,4      | 5,4  | 6,2          | 6,2  | 0,8                           | 0,8  |

Fonte: SSOA/UFBA

A seguir, analisamos o desempenho de *cotistas* e *não cotistas* que ingressaram em 2006, em cursos de elevado prestígio social, e que obtiveram coeficientes de rendimento entre 7,0 e 10,0. Os dados mostram percentuais mais elevados de estudantes com esse rendimento entre os *não cotistas*, o que não significa um resultado desanimador para os *cotistas*. Em boa parte dos cursos, mais de metade deste grupo tem rendimento nessa faixa, como se pode observar em Medicina, Administração, Psicologia, Direito e Odontologia. Pesquisas realizadas em outras universidades, que adotaram política similar, confirmam o bom resultado dos estudantes cotistas. Num estudo realizado na UFAL<sup>12</sup>, com estudantes, a respeito da política de cotas, Silva (2014) indaga a seus entrevistados sobre o desempenho dos estudantes cotistas em cursos muito concorridos como Medicina e Direito, e constata

<sup>11</sup> Delcele Queiroz e Jocélio Teles dos Santos. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção dos privilégios e do Poder. *Educação e Sociedade*, v.27, n.96 (2006), p. 717-38.

<sup>12</sup> Universidade Federal de Alagoas.

os bons resultados alcançados pelos cotistas. Uma entrevistada, cotista, do curso de Direito, declara que seus colegas ficam surpresos com seu desempenho, pelo fato dela ter ingressado pela política de cotas:

... várias pessoas se assustam ... Porque eu consigo manter uma média alta de notas ... eles acham que cotista é aquela pessoa que vai ficar se arrastando no curso, que não vai conseguir nota boa ,, E no fim das contas, minha nota é bem melhor do que vários deles.

**Tabela 6 – Percentual de estudantes cotistas e não cotistas, que ingressaram em 2006, em cursos de elevado prestígio, com coeficientes de rendimento entre 7,0 e 10,0, no sétimo semestre do curso<sup>13</sup>**

| <b>Curso</b>           | <b>Cotista</b> | <b>Não cotista</b> |
|------------------------|----------------|--------------------|
| Arquitetura            | 32,6           | 51,4               |
| Ciências da Computação | 33,3           | 60,0               |
| Engenharia Elétrica    | 37,5           | 51,6               |
| Engenharia Civil       | 26,4           | 43,4               |
| Engenharia Química     | 17,6           | 45,0               |
| Engenharia Mecânica    | 44,4           | 63,6               |
| Medicina               | 71,4           | 95,5               |
| Odontologia            | 51,8           | 81,2               |
| Administração          | 67,6           | 71,7               |
| Comunicação-Jornalismo | 46,1           | 63,0               |
| Direito                | 55,5           | 77,0               |
| Psicologia             | 66,6           | 78,0               |

Fonte: SSOA/UFBA

Os dados referentes aos que ingressaram em 2007 e 2008, cuja análise ocorreu quando eles se encontravam, respectivamente, no quinto e no terceiro semestres, confirmam o melhor desempenho dos *não cotistas*, nessa faixa de rendimento<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Santos, Jocélio Teles dos. e Queiroz, Delcele Mascarenhas. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: Santos, Jocélio Teles dos (org). O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador, CEA0, 2013, p. 37-66.

<sup>14</sup> *Idem*.

Nos anos posteriores, sobretudo no período 2010-2012, há uma queda nas médias no vestibular, dos dois grupos: cotistas e não cotistas. No curso de Medicina, por exemplo, em 2012 a média dos cotistas baixa para 5,4, mas há uma redução também na meia dos não cotistas (6,1). O mesmo ocorre com outros cursos. Em Direito, a média dos cotistas é 4,6 e a dos não cotistas é 5,3. Em Odontologia, as médias são, respectivamente, 3,8 e 4,4; essas médias se repetem em Administração<sup>15</sup>. Os dados da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, analisados por Cordeiro<sup>16</sup>, indicam conclusões semelhantes. No entanto, como a queda no desempenho no vestibular ocorre para os dois grupos, cotistas e não cotistas, ela não pode ser relacionada à política de cotas.

Assim, as informações analisadas até aqui permitem constatar o quanto as políticas adotadas pelas universidades públicas foram oportunas para a democratização do acesso, no sentido de incorporar camadas que antes estavam praticamente excluídas do ensino superior; para tornar-se efetivamente, uma universidade “pública”.

## O cotidiano das/os estudantes cotistas

Gostaria de refletir, neste tópico, sobre o que se passa com os estudantes quando ingressam na universidade através de uma política com esse perfil. Retomo aqui a noção de *habitus*, porque ela nos ajuda a pensar sobre as relações que se estabelecem no cotidiano das universidades, quando aí se encontram agentes oriundos de distintas regiões do espaço social, ou seja, com diferentes posições e disposições.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> Cordeiro, Maria José de J. Alves. Um balanço das cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: da criação das leis aos dias atuais. In: Santos, Jocélio Teles dos (org). op. cit., p.21.

A pesquisa de Carlinda Santos<sup>17</sup> sobre o acesso de mulheres negras à universidade, no contexto de uma política de cotas, é esclarecedora para compreender esse cotidiano. A análise de depoimentos de mulheres negras que ingressaram na universidade, em cursos altamente valorizados e/ou de perfil masculino, buscou identificar o que se passa com essas mulheres no cotidiano da Universidade. Os depoimentos evidenciam que essa é uma experiência perpassada pelo racismo e pelo sexismo. Ao referir-se à relação professor(a)/aluno(a), por exemplo, mostram as entrevistadas que essa relação pode representar uma barreira para estudantes de determinado meio social ou de determinado segmento racial. Em geral, os professores tomam como referência, na sua prática, os estudantes oriundos de um meio social mais próximo do seu, ignorando ou desdenhando dos estudantes que vêm de outro universo social, e que trazem certas dificuldades inerentes a uma educação em condições menos favoráveis, ou que dispõem de certos modos diferentes dos seus; o depoimento a seguir ilustra essa realidade<sup>18</sup>: Sobre a relação com os professores. Diz a entrevistada:

...Tem alguns professores que auxiliam. ... Principalmente os alunos que fazem parte da ações afirmativas; de dar bolsa, de propiciar algum curso, de dar oportunidade ... tem. São poucos, mas tem. Agora, existem outros... que ... acabam por prejudicar os alunos mais carentes, porque a cobrança que se tem com relação ao material didático, à própria exposição na aula. Eu sinto que a aula é dirigida aos alunos que já têm uma bagagem mais extensa. No ensino médio, na escola pública, a gente não vê muita filosofia... a história é dada bem superficialmente. E aqui eu sinto que eles dão ...uma aula mais votada para esses alunos: "vocês viram isso,

<sup>17</sup> Santos, Carlinda Moreira. *A mulher Negra no Ensino superior: trajetórias e desafios*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2012 (Dissertação de Mestrado)

<sup>18</sup> Queiroz, Delcele e Santos, Carlinda Moreira. "*A pedra ... no meio do caminho, ... tapando o caminho da gente, a gente vai juntando e vai fazendo um castelo*". Gênero, raça e acesso ao ensino superior. 7<sup>o</sup> Congresso Ceisal, Memória, Presente e Porvenir. Porto, Portugal, 2013.

e isso, no ensino médio, então eu não vou repetir”. Não têm essa preocupação de que estamos vendo pela primeira vez aqui. Já que abriu portas para alunos de escolas públicas, estamos vendo isso pela primeira vez. Então, dificulta bastante. O próprio acesso ao material didático. Tem professor que passa texto em inglês e a gente não tem acesso, como traduzir, como buscar; em alemão. Tem muita gente aqui na faculdade que fala alemão, que tem uma bagagem econômica bem favorável, mas a maioria ... quem está chegando, agora, não tem esse recurso. Então, pra mim, isso acaba dificultando. Não são acessíveis não... (Estudante do curso de Direito, autodeclarada preta, cotista, oriunda da escola pública).

### Outro depoimento fala do racismo de modo mais explícito:

Eu acho que a cor da pessoa dificulta; cor negra dificulta. Mas eu acho que a gente já está acostumada com isso. E a gente tem que trabalhar para quebrar isso. Na verdade, o trabalho da gente é resistir.. Numa faculdade que apesar de ter cotas pra negros é uma faculdade de pessoas brancas. Faculdade de filhos de brancos, ... mas não é por isso que a gente vai deixar de estar, quando o objetivo da gente é estar lá. Por exemplo, eu quero ser médica; e a gente vai resistir. Eu já tive uma experiência, no primeiro semestre, que um funcionário do departamento, não era nem professor, disse que meu lugar não era aqui. Aí eu falei que era meu lugar de direito porque eu tinha sido aprovada em concursos público. Mas eu acho que isso engrandece a gente; que no final, ficamos mais fortes, mais experientes, mais inteligentes até, mais criativos, porque a gente aprende a lidar com essas dificuldades. Em tese, eu não tenho nenhuma situação direta que remete racismo pra mim, e aqui na faculdade eu nunca tive nada pela minha cor da pele. O que me constrangeu muito até hoje é que eu tenho um professor ... que até hoje ele fala muito do meu cabelo (rasis). Quando eu vou no hospital ele fica falando: “menina, se cair piolho desse cabelo...” Aí eu falo pra ele: “professor, se cair piolho do meu cabelo é a mesma coisa de cair piolho do seu cabelo, do cabelo daquela menina”. Mas ele fala isso inúmeras vezes. “Professor, eu vou

colocar o movimento negro atrás de você, porque isso é racismo!”. (ele): “não é racismo, não. É que você tem o cabelo crespo, tem que prender mais”. “Mas meu cabelo nunca teve piolho nenhum; se cair um piolho aqui, vai ser igualzinho ao de P” que é outra colega aqui. “Por que você não reclama com P? O cabelo dela é solto, o cabelo dela é no meio das costas”. (ele): “Não, você está entendendo errado”. “Olha que eu vou colocar o movimento negro atrás de você!”, eu falo na “resenha”, porque ele é uma pessoa muito poderosa aqui na (Universidade), que manda e desmanda. Então, tem que falar meio na “resenha”. Você fala com raiva, porque tem que falar na “resenha”, porque no fundo, no fundo, essas coisas do poder existem, vão continuar existindo, e eu preciso superar isso, porque eu quero ser médica (Estudante do curso de Medicina, autodeclarada negra, não cotista, oriunda de escola privada)<sup>19</sup>

Essas falas confirmam a reflexão de Bourdieu<sup>20</sup> sobre o imaginário dos professores acerca dos estudantes, quando assinala que *os critérios implícitos do julgamento professoral* escapam à avaliação meramente escolar, implicando um julgamento social. Isso nos indica que o cotidiano dos estudantes que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas precisa ser melhor conhecido, para que se possa atacar as barreiras que estão impedindo que essas medidas cumpram seu efetivo papel de democratização da universidade pública. Alguns trabalhos já vêm sendo produzidos, nesse sentido. Essas pesquisas precisam ganhar maior visibilidade, e as universidades precisam estar atentas a esse aspecto que afeta, profundamente, a permanência dos/as estudantes, a qualidade da sua formação e da sua experiência na universidade. A pesquisa de Silva (2014), anteriormente citada,

<sup>19</sup> Como se pode observar, embora negra, essa estudante não ingressou pela política de cotas. A razão de seu depoimento ter sido recolhido deve-se ao fato da pesquisadora não ter identificado, no referido curso, nenhuma estudante que se declarasse negra e cotista, embora se saiba que eles existem..

<sup>20</sup> Bourdieu, Pierre, As categorias do juízo professoral. In: Escritos de Educação. Nogueira Maria Alice e Catani Afranio (Orgs). Petrópolis, Vozes, 1998 (185-216).



também a esse respeito. Os depoimentos de estudantes cotistas, na UFAL, indicam que há uma baixa expectativa no ambiente universitário, tanto de colegas quanto de professores, acerca do desempenho dos estudantes cotistas. Relata uma estudante cotista do Curso de Direito: “... todo mundo da turma acha que o cotista vai ser sempre aquele que ficou para trás, que tira a menor nota. Um cotista tirar dez, lá, foi um grande espanto deles...”

Assim, a explicitação dos aspectos positivos da aplicação da política de cotas é importante, e não pode ser vista como otimismo acrítico. A divulgação dos dados sobre o bom desempenho dos cotistas é necessária, inclusive para combater a posição dos que buscam desqualificá-los e/ou invisibilizá-los. Numa sociedade em que a *raça* é estruturante das relações sociais, há que se estar constantemente alerta, vez que a atuação do racismo vai além das relações interpessoais; está incorporada ao próprio modo como operam as instituições.

A esse respeito, é esclarecedor o artigo de Simon Schwartzman<sup>21</sup>, sobre o ENEM, como processo seletivo para ingresso nas universidades do País. Reflete o autor que uma das justificativas para transformar o ENEM em exame de acesso ao ensino superior seria possibilitar a maior democratização do acesso, ao permitir que estudantes de regiões mais pobres, possam ingressar em universidades de regiões mais ricas. No entanto, esse procedimento, aparentemente democratizador, pode estar produzindo um resultado cruel. Comentando os dados das matrículas do SISU, divulgados pelo Ministério da Educação, Schwartzman evidencia que:

não são os estudantes dos Estados mais pobres que estão chegando aos estados mais ricos, e sim os do Estado mais rico, São Paulo, que estão ocupando as vagas nos estados que antes eram ocupadas pela população local ... A expli-

<sup>21</sup>Schwartzman, Simon. ENEM – SISU: Democratização do Ensino Superior? Site e blog do Simon Schwartzman. <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=4475&lang=pt-br>. Acesso em 17/07/2013.

cação é simples. Como o Estado mais populoso e rico do país, São Paulo, forma um grande número de jovens com boa qualificação, mas que apesar disto não conseguem vagas nas universidades públicas do Estado, que são relativamente poucas em relação ao tamanho da população. Eles podem, no entanto, competir com vantagem pelas vagas das universidades de outros Estados, ocupando assim o lugar de estudantes locais. Com isto, as universidades federais nos demais estados podem estar recebendo alunos mais qualificados, mas, ao mesmo tempo, reduzindo seu papel de instituições locais ou regionais, que deveriam, em princípio, atender com prioridade à população dos lugares em que estão instaladas<sup>22</sup>.

A figura, a seguir, mostra que São Paulo é o estado que mais “exporta estudantes”.

**Figura 1- Número de alunos que saíram de seus estados**



Fonte: Site e blog de Simon Schwartzman

Essa análise nos mostra que no momento em que os estudantes de escolas públicas, sobretudo negros, conseguem assegurar, mais amplamente, seu direito de acesso à universidade pública, com a promulgação da Lei 12.711, ironicamente, as regiões de maior concentração de população negra, que são o Nordeste e o

<sup>22</sup> Grifo nosso.

Norte do País, estão ameaçadas de perder o espaço conquistado, pela mudança introduzida nos procedimentos de acesso às universidades públicas. Isso evidencia que na formulação das suas políticas, o País precisa estar atento à sua diversidade, sob pena de, em lugar de corrigir, aprofundar as desigualdades existentes.

## Considerações Finais

O que apontam as análises sobre a realidade da implementação das políticas de ações afirmativas para o acesso de estudantes negros e oriundos da rede pública de ensino à universidade é que tais medidas, em que pesem a resistência e a descrença de certos setores da sociedade, e de dentro das próprias universidades, têm sido extremamente importantes para a democratização do acesso, no sentido de incorporar uma parcela dos brasileiros que antes estava praticamente excluída do ensino superior. No entanto, os dados apontam também para certos efeitos perversos, oriundos dessas medidas de democratização do acesso, a que as universidades devem estar atentas. É necessário, maior atenção, por parte das universidades, com o cotidiano vivenciado por esses estudantes nos cursos em que eles estão inseridos, sobretudo, quando se trata de cursos de elevado prestígio e concorrência, em que irão conviver com pessoas muito diferentes do seu mundo social, em muitos casos, com uma visão depreciativa deste, que acarreta prejuízos consideráveis, aos estudantes negros e pobres que ingressam nos seus cursos. Nesse sentido, seria oportuno que as universidades ampliassem o debate interno sobre o significado social dessas políticas, e ao mesmo tempo, introduzissem, em todas as suas áreas de formação, componentes curriculares, obrigatórios, voltados para o conhecimento dos processos de formação da sociedade brasileira, como já vem ocorrendo, de certo modo, nos cursos de formação de professores, com a introdução ao estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. A reflexão em torno desses temas, certamente contribuiria para

a construção de uma visão mais ampla sobre o mundo social, necessária não apenas à melhor qualidade das relações no interior das próprias universidades, mas, sobretudo, para uma formação mais adequada, mais coerente com a realidade brasileira, dos profissionais daí egressos.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. As categorias do juízo professoral. In: Nogueira Maria Alice e Catani Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: Idem. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CORDEIRO, Maria José de J. Alves. Um balanço das cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: da criação das leis aos dias atuais. In: Santos, Jocélio Teles dos (org). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEA0, 2013.

**Jornal A Folha de São Paulo**. In [www.Folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml](http://www.Folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml). Acesso em 28/03/2008.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. As políticas de reserva de vagas da Universidade Federal de Sergipe para alunos das escolas públicas e não brancos: uma avaliação preliminar. In: Santos, Jocélio Teles dos (org). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador, CEA0, 2013 (243-278).

QUEIROZ, Delcele. Da invisibilidade ao centro do debate: o negro na universidade no século XXI. In: Amorim, Antonio; Lima, Arnaud Soares de; Menezes, Jaci Maria de (orgs). **Educação e Contemporaneidade. Processos e Metamorfoses**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

QUEIROZ, Delcele e Santos, Carlinda Moreira. *“A pedra ... no meio do caminho, ... tapando o caminho da gente, a gente vai juntando e vai fazendo um castelo”*. Gênero, raça e acesso ao ensino superior. **7º Congresso Ceisal, Memória, Presente e Porvenir**. Porto, Portugal, 2013

QUEIROZ, Delcele; SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção dos privilégios e do Poder. **Educação e Sociedade**, v.27, n. 96, 2006, p. 717-38.

SANTOS, Carlinda Moreira. **A mulher Negra no Ensino superior: trajetórias e desafios**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia –UNEB, 2012 (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Jocélio Teles dos (org). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos.; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: Santos, Jocélio Teles dos (org). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. ENEM – SISU: Democratização do Ensino Superior? Site e blog do Simon Schwartzman. <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=4475&lang=pt-br>. Acesso em 17/07/2013

SILVA, Fabson Clixto da. **Ações Afirmativas, tensões e relações raciais na educação: Repercussão em torno das cotas da Universidade Federal da Alagoas**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, 2014. (Dissertação de Mestrado).

TELLES, Edward. Início no Brasil e Fim nos EUA? **Revista Estudos Feministas**, vol.4, n.1, IFCS/UERJ – PPCIS/UERJ, 1996.

WEISSKOPF, Thomas E. A experiência da Índia com Ação Afirmativa. In: Zoninsein, Jonas & Feres Jr, João (Orgs). **Ações Afirmativas no Ensino Superior no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

Recebido em 20/10/2014

Aprovado em 03/11/2014

